

Maria Emília Pereira Chanut

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho - IBILCE/UNESP

chanut@ibilce.unesp.br

OS STATALISMES: PARTICULARISMOS LEXICAIS DO FRANCÊS DA SUÍÇA NA TRADUÇÃO JURAMENTADA

***Statalism: lexical particularities of Swiss French in
specialized translation***

RESUMO

Este estudo, de natureza teórica/aplicada, contempla os estudos (sócio) linguísticos, (sócio) terminológicos, do léxico e da tradução especializada. Tem como objeto de estudo um corpus de textos submetidos à tradução/versão juramentada francês><português e um corpus de textos originalmente redigidos em francês da Suíça. O objetivo é observar as aproximações e distanciamentos existentes entre o primeiro e o segundo conjunto terminológico. A problemática situa-se na verificação da confrontação desse material: será que os particularismos lexicais do francês suíço determinariam uma dificuldade relevante no trabalho do tradutor brasileiro, cuja formação privilegia o francês da França? Nossos resultados revelam diferenças significativas de uso e perigosos falsos cognatos. A metodologia para o levantamento dos particularismos na variante suíça presentes em documentos civis ou escolares privilegia os termos cognatos e aqueles com o status de 'statalismes' (romandismos institucionais).

Palavras-Chave: tradução juramentada; francês da Suíça; particularismos lexicais; statalismes.

ABSTRACT

This theoretical/applied study contemplates (socio) linguistic, (socio) terminological studies of the lexicon and specialized translation. It is aimed at analyzing a text corpus undergoing official translations from French into Portuguese and from Portuguese into French and a text corpus originally written in Swiss French. The objective is observing the similarities and differences between the first and second terminological group. Problems arise from the comparison of this material: would lexical particularities of Swiss French be a relevant difficulty for the Brazilian translator, whose training privileges the French spoken in France? Our results indicate significant differences in the usage and dangerous false cognates. Does the methodology for obtaining particularities in the Swiss variant observed in civil or school documents favor cognate terms and those with a statalism status (institutional romandism).

Keywords: official translation; Swiss French; lexical particularities; statalisms.

Anhanguera Educacional Ltda.

Correspondência/Contato
Alameda Maria Tereza, 2000
Valinhos, São Paulo
CEP 13.278-181
rc.ipade@aesapar.com

Coordenação
Instituto de Pesquisas Aplicadas e
Desenvolvimento Educacional - IPADE

Artigo Original
Recebido em: 02/08/2011
Avaliado em: 05/09/2011

Publicação: 30 de setembro de 2011

1. INTRODUÇÃO

Este artigo relata parte de um estudo sobre o francês da Suíça relacionado aos particularismos lexicais empregados na linguagem administrativa oficial na tradução juramentada de documentos civis e escolares. O estudo em questão¹ abordou as diferenças socioculturais entre a França e a Suíça a partir dos termos relevantes nos domínios citados, retirados de um corpus de traduções juramentadas.

Alguns dos termos serão aqui apresentados como ilustração da problemática, com ênfase nos particularismos suíços encontrados a partir do francês padrão da França, os chamados *statalismes*², ou “romandismos institucionais”. Cabe aqui enfatizar a natureza e o objeto deste estudo: não se trata de “falares regionais”, ou seja, de variação diastrática. Esta última, como sabemos, também chamada de variação social, constitui um dos tipos de variação linguística a que os “falantes” são submetidos. São as diferenças entre os estratos socioculturais (nível culto, nível popular, língua padrão), ou seja, são as variações que acontecem de um grupo social para outro (ALKMIN, 2001). O presente trabalho estuda a terminologia encontrada em documentos “escritos”, cujo uso oficial é estabelecido pelas administrações e instituições. Quando os “regionalismos” são próprios a um Estado, fala-se em *statalisme*.

O nosso critério de distinção dos particularismos encontrados nos documentos pesquisados partiu da pouco conhecida noção de *statalisme*. O termo *statalisme* designa, segundo Jacques Pohl (1985, p.10), “todo fato de significação ou de comportamento, observável em um país, quando ele está limitado ou claramente rarefeito na passagem de uma fronteira”. São termos que, em seu uso, só têm sentido no interior de um Estado, porque remetem a instituições que pertencem a esse Estado e a uma realidade que nele é, portanto, diferente; suas equivalências são estabelecidas pela administração local e, quando ultrapassamos a fronteira política, é natural que o sentido usual do termo mude. Essa noção nos serve, sobretudo, como importante critério para diferenciar e analisar os termos cuja forma remete ao francês padrão, mas cujos usos repertoriados na Suíça romanda são diferentes e às vezes ultrapassam o limite de suas fronteiras.

¹ Parte dos resultados deste estudo foi apresentada no Colóquio *Traduction, terminologie, rédaction technique: des ponts entre Le français et le portugais*, realizado na Maison de l'Europe, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, nos dias 13-14 de janeiro de 2011.

² Optamos por não introduzir um neologismo, simplesmente aportuguesando a palavra *statalisme* (“statalismo”), inexistente no vocabulário da língua portuguesa, mantendo a palavra no original.

2. O FRANCÊS PADRÃO (FRANÇAIS DE RÉFÉRENCE)

Muitos particularismos lexicais próprios ao vocabulário político, jurídico e administrativo suíço se distinguem do “francês padrão” da França no uso. Temos, por exemplo, o termo *syndic* (= *maire*) que na Suíça romanda é considerado um *statalisme* e faz parte de uma terminologia oficial³.

A noção de *français de référence* (ou “francês padrão”) está atualmente bem estabelecida; ela foi assunto de um importante colóquio em Louvain-la-Neuve (Bélgica), em novembro de 1999, cujos Anais (*Actes*) constam nos *Cahiers de l'Institut de linguistique de Louvain*, vol. 26 et 27, 2000 e 2001 (edição de Michel Francard com a colaboração de Geneviève Geron e Régine Wilmet). Essas informações se encontram no texto de apresentação da BDLP – *Base de données lexicographiques panfrancophone*⁴.

Há um grande número de denominações empregadas para designar a variedade central à qual nos referimos para determinar os traços característicos de uma variedade geográfica do francês e, sem dúvida, a mais conhecida é o “français standard” (francês padrão). Porém, essa denominação tem a desvantagem de evocar uma dimensão normativa em contextos em que esse aspecto não deveria ser levado em conta. Assim, passou-se a dar preferência à denominação de “francês de referência”, por ser mais neutra e não ser ambígua. São considerados como pertencentes a esse francês todos os empregos repertoriados nos dicionários e outras fontes (por exemplo, as gramáticas) que descrevem essa variedade “de prestígio” levada em conta pelos lexicógrafos da França. “Francês de referência” tem a vantagem de expressar claramente a ideia de que a variedade assim designada é tomada em posição de comparação. O francês dos dicionários da França é a única variedade conhecida por toda a francofonia; é a essa variedade que se referem todos os professores de francês do mundo inteiro. É então por comparação com esse francês que será determinado se um emprego lexical é uma particularidade (ou variante) geográfica. Esse método diferencial possibilita-nos evidenciar o que é comum ou o que é particular à variedade do francês estudada.

3. PARTICULARISMOS LEXICAIS– MARCADORES CULTURAIS

De acordo com Enilde Faultstich (1997), uma variante terminológica geográfica é aquela que ocorre no plano horizontal de diferentes regiões em que se fala a mesma língua. Pode

³ Um estudo específico deste termo foi divulgado em outro artigo de CHANUT publicado no número 15 da TRADTERM - Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia FFLCH/USP. (Conf. nas Referências bibliográficas no final deste artigo).

⁴ Disponível em: <<http://www.bdlp.org/bdlp.pdf>>.

decorrer de polarização de comunidades linguísticas geograficamente limitadas por fatores políticos, econômicos ou culturais ou de influências que cada região sofreu durante sua formação.

Partindo dessa abordagem variacionista, adotamos, neste estudo, os princípios da Socioterminologia, que considera as unidades léxicas (forma e conteúdo) sempre dependentes do contexto comunicativo em que estão inseridas. Sobre como essas unidades adquirem o status de termos, Cabré explica que:

Termos são unidades léxicas (como todo signo linguístico) de um dado código e seu caráter de termo é ativado de acordo com seu uso em um contexto e situações adequados. Essa ativação consiste em uma seleção dos módulos de traços apropriados, que incluem os traços morfossintáticos gerais da unidade e uma série de traços semânticos e pragmáticos específicos que descrevem seu caráter de termo dentro de um determinado domínio. (CABRÉ, 1999, p.123)

É a partir da consciência da importância do uso dos termos na comunicação especializada, analisados em seu contexto social e cultural, que a Socioterminologia estuda os termos do ponto de vista das “práticas linguísticas e sociais concretas dos homens que a empregam” (GAUDIN, 1993, p. 216). Segundo Cabré (1999, p.124), “os termos *não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio* com valor singularmente específico”. E ainda, o “caráter de termo é ativado de acordo com seu uso em um contexto e situações adequados” (p.123, *itálicos do autor*).

Como afirma Dubuc (1985, p. 73), são “as marcas de uso sociolinguístico que particularizam o valor das acepções”. Isso é extremamente importante no caso da terminologia jurídica, pois a especificidade da organização social de cada país, como o seu sistema de governo, o educacional ou mesmo sistemas de outra natureza que refletem a realidade encontrada em alguma região ou país, são extremamente relevantes para uma boa tradução e seu estudo é imprescindível para a compreensão do uso do termo em cada país ou região. Essas realidades nacionais ou regionais podem ter ou não um equivalente lexical que satisfaça a toda informação que um termo carrega, na língua alvo, para a qual o texto será traduzido. O tradutor juramentado pode se encontrar diante de uma situação em que “a palavra exista como elemento do léxico nas duas línguas, mas que não ocupe exatamente o mesmo espaço no universo cultural dos falantes das duas comunidades” (SZENDE, 1996, p.120).

4. ARCAÍSMOS OU STATALISMES?

Os *statalismes* são encontrados, sobretudo, no domínio político e têm definição oficial estabelecida pela Confederação ou pelos Cantões. De acordo com André Thibault (1997, p. 164), trata-se da “conservação e oficialização em francês regional suíço romando de um

emprego que subiste no francês padrão apenas como termo de história, ou de um emprego considerado antigo”. São as tradições políticas que justificam certo número de expressões incontornáveis, segundo o autor, como *canton*, *confédéral*, etc. Na linguagem oficial temos, por exemplo, o termo *bourgeois(e): personne qui a droit de cite dans une commune*. O termo *bourgeois*, que nos dicionários só tem hoje uma conotação política ou sociopolítica, possui na Suíça um valor institucional diferente. Portanto, há alguns termos da linguagem oficial que dependem da constituição, da lei. Para se chegar a uma tradução, é preciso primeiramente entender a definição acima, depois é necessário pesquisar sobre os termos envolvidos também, como *droit de cité* e *commune*, como poderemos ver nos exemplos mais adiante.

Há frequentemente, na definição de alguns termos, certa confusão entre o que é regionalismo, arcaísmo, ou *statalisme* propriamente dito. Estes últimos, em geral, estão relacionados às técnicas artesanais, aos fatos escolares, jurídicos, folclóricos e até mesmo à culinária.

Em nosso trabalho atual de pesquisa, privilegiamos, num primeiro momento, os termos suíços designando de forma oficial os nomes de profissões e de títulos das pessoas que assinam os documentos ou que denominam profissões de modo diferente daqueles usados da França (ou que envelheceram e até desapareceram no uso nesse país e que ainda sobrevivem na Suíça), os nomes de documentos civis e escolares, e todos os termos oficialmente relacionados a essas realidades político-administrativas (no caso da Suíça, temos os *statalismes* cantonais). Muito frequentemente, encontramos no Dicionário de Língua francesa *Le Robert électronique*, por exemplo, referências a um termo “envelhecido” na França, e até mencionando o uso moderno em outro país francófono, como a Bélgica, mas raramente a Suíça é contemplada.

Por exemplo, numa certidão civil, onde consta o termo *originnaire*, constatamos que se trata de um *statalisme*, pois se refere a uma informação sobre o cidadão suíço quando este solicita à administração do município de origem um documento inexistente na França, denominado *acte d’origine*⁵.

Lembrando que o tradutor juramentado deve “identificar” o tipo de documento traduzido no cabeçalho de introdução, no caso de um documento inexistente no Brasil é grande a tendência literalizante com glosa do tradutor, como uma solução para um termo sem referente, embora não seja o procedimento ideal. No caso de um documento que não existe nem no Brasil nem na França, como aquele mencionado acima, as informações

⁵ Conf. detalhes sobre esse termo na transcrição da ficha da BDLP no final deste artigo.

contidas na glosa serão mais complexas, devido ao fato de se tratar de um particularismo lexical de uso restrito a outro país francófono, cujo significado é geralmente desconhecido pelo tradutor de língua francesa.

Vejamos o exemplo do termo relativo à profissão *régent(e)*. Deixando de lado os usos antigos do termo, como o que remete ao sinônimo de *pédagogue* (*celui qui dirige une classe, un élève*), o *Petit Robert électronique* cita como exemplo do uso atual somente a Bélgica: *Personne qui enseigne aux élèves des trois années du « secondaire inférieur »*. Na França, o termo é usado somente para: *Personne qui régit, administre. Régent de la Banque de France : membre du conseil général de cet établissement, avant sa nationalisation*. Ou seja, o sentido na França é o de “regente” enquanto administrador, e não está relacionado ao domínio escolar.

O que se passa com esse termo na Suíça? E se o tradutor se deparar com um documento escolar suíço assinado por um *Régent*? Na Suíça, o (a) *Régent(e)* é o (a) *Instituteur d'école primaire* (Professor de escola primária) e é o equivalente a *Maître*(*Maîtresse*) na França, e estes últimos, assim como *Instituteur*(*Institutrice*) são igualmente conhecidos e empregados hoje na Suíça romanda.

Interessa-nos observar que este termo (*Régent*) refere-se a um arcaísmo e não tem o status de um *statanisme*. Portanto, ainda assim, poderia estar presente num documento a ser traduzido para o português, o que nos sugere ser importante incluí-lo no repertório deste estudo dos particularismos suíços oficiais com vistas a um futuro glossário.

5. OS STATALISMES NA SUIÇA ROMANDA

Os *statalismes* são “romandismos institucionais”, ou seja, são os termos mais apropriados para designar as realidades administrativas oficiais e os fatos escolares. Isso significa que, além de apropriados, pois permitiriam uma “equivalência funcional” ideal, são também os termos mais econômicos para designar realidades locais (regionais ou nacionais), evitando os rodeios perifrásticos e as explicações metalinguísticas nas traduções. Se tal economia é, por um lado, altamente desejável na tradução de documentos e textos oficiais, por outro lado pode dificultar amplamente a compreensão do tradutor e a precisão de seu trabalho. Quanto mais um termo oficial tem o seu uso restrito à cultura jurídica local que o concebeu, mais dificuldades terá o tradutor para localizar a tradução mais adequada.

A seguir, apresentaremos uma lista com mais alguns termos em uso na Suíça romanda designados como *statalismes*, que é o objetivo específico deste artigo.

Optamos, na apresentação dos exemplos, por uma transcrição da Base de dados utilizada, traduzindo tudo menos o termo do verbete, pois o objetivo foi o de mostrar o *status* de *statalisme* conferido ao termo.

Alguns dos particularismos lexicais relacionados aos termos pesquisados em documentos civis, cujos usos são especialmente atestados na Suíça romanda, referem-se a realidades específicas relativas à nacionalidade e à cidadania suíças, sendo, portanto, termos de relevância fundamental em documentos pessoais. Eles serão apresentados a seguir, e veremos como a organização do sistema de hiperlinks remissivos da base resgata as relações semântico-conceituais existentes entre as unidades lexicais ou terminológicas.

Um termo cujo uso institucional é raro na França é *Attestation d'indigénat*. O termo *indigénat* está diretamente relacionado com a realidade “cantonal” (unidade político-territorial suíça), que é um dos três níveis de cidadania, e que nos remete de imediato a outro particularismo, relativo ao “direito de cidadania cantonal”, ou seja, o *droit de cité cantonal* ou *indigénat*. Os outros dois níveis de cidadania são: o Estado federal (nacionalidade suíça), e a *commune* (*droit de cite communal* ou *origine*).

Esse termo refere-se a um “documento de legitimação” assim definido: *pièce de légitimation équivalente à un acte d'origine*. Tal definição nos remete ao documento *acte d'origine*, outro particularismo suíço, constituindo dois termos usados para nomear documentos inexistentes na França. De acordo com o banco de dados BDLP (*Base de données lexicographiques panfrancophone*), o termo *acte d'origine* é uma “Inovação lexemática, sintagmática ou fraseológica a partir do francês de referência”, considerado um *statalisme*.⁶

Entrada	Definição
origine (acte d'~) 01. [aktdorizin] (n. m.)	Document officiel établissant la commune d'origine d'une personne et émis à sa demande. <i>Délivrer un acte d'origine. Acte d'origine annulé.</i>

Citation	Référence
La Municipalité de Riex déclare nul l' <i>acte d'origine</i> délivré le 21 décembre 1972, à Riex, à F. M. W., né à Isérables [...].	1974 , <i>Feuille des avis officiels du canton de Vaud</i> , 19 avril, p. 978. [presse, journaux, périodiques]

Dérivé(s), composé(s) et mot(s) de même famille
Renvoi(s) à d'autres langues
Correspond à l'allemand CH <i>Heimatschein</i> n. m., à l'italien CH <i>atto d'origine</i> , n. m. et au romanche <i>certificat d'origin</i> ou <i>scrit d'origin</i> n. m.

⁶ Conf. em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/bdlp/simple.asp?base=bdlp_suisse&lettre=m>.

Région 1

s01 - Suisse romande.

Données encyclopédiques

Un couple marié a le choix suivant: un acte peut être délivré au nom des deux époux, ou chaque conjoint conserve le sien.

Réalité propre

Emploi qui réfère à une réalité propre au pays ou à la région de la variété de français, ou qui en provient.

Origem

Inovação lexicomática, sintagmática ou fraseológica a partir do francês de referência.

Histórico

Primeira atestação: 1783, FrêneJournal. *Statalisme*

Dados enciclopédicos

Numa união oficial, um casal tem a escolha seguinte: uma certidão (*acte d'origine*) pode ser emitida em nome dos dois cônjuges, ou cada cônjuge conserva a sua.

O termo *origine*, portanto, nessa acepção relativa ao *lieu d'origine* do cidadão suíço e que consta no documento mencionado acima, *acte d'origine*, também é considerado um *statalisme*, como pode ser constatado no verbete relativo a esse termo.

Entrada do termo *origine* (ligado ao termo *bourgeoisie*).

Entrada	Definição
origine (<i>lieu, commune, village d'~</i>) 02. [ljødorizin] (loc. nom.)	Dont on est bourgeois , où l'on jouit des droits de bourgeoisie . <i>Veillez inscrire sur ce formulaire votre lieu d'origine.</i>

Citations	Référence
Ce fut la guerre et nous n'entendîmes plus parler d'elle jusqu'au jour où l'on me dit qu'elle était revenue dans sa <i>commune d'origine</i> .	1967 , C. Bille, <i>Entre hiver et printemps</i> , p. 46. [littérature]

Renvoi(s) à d'autres langues

Correspond à l'allemand CH *Heimatort* n. m. (lieu) ou *Heimatgemeinde* n. f. (commune), all.: *Bürgerort*, à l'italien *luogo di appartenenza* et au romanche: *lieu d'origin* ou *da burgais(a)*.

Région 1

s01 - Suisse romande.

Dados enciclopédicos

A cidade de origem é aquela que confere ao cidadão sua nacionalidade, por filiação, casamento ou naturalização, portanto nada tem a ver com o local de nascimento. Frequentemente, o local de origem é mais importante que o local de domicílio; assim na carteira de identidade figura apenas este. Entre as três informações mais importantes para se obter documentos (atestados, diplomas, etc.) estão: nome e sobrenome, a data de nascimento e o local de origem. Já há alguns anos, no momento do casamento, uma mulher conserva seu local de origem e adquire igualmente o de seu marido.

Origine

Innovation lexicématique, syntagmatique ou phraséologique à partir du français de référence.

Historique

Obs: Essas informações são de extrema relevância para o tradutor juramentado. Première attestation : 1889 (Lengert, sans référence textuelle). Voir **Renvois aux autres langues**. Sur les cartes d'identité, on trouve aussi la traduction en anglais: angl. *place of origin*. — Synt. manquant dans FEW 7, 416a, II 3 b. — Had 1983 (*commune d'origine*); Pidoux 1983, 1984; Helv 1987 (*commune d'origine*); DudenSchweiz 1989; Petralli 1990; PledariGrond 1993; Lengert 1994; DSR 1999; Garino 2003.

Étymon proche

origine

Étymon du FEW

O termo *commune* está presente na expressão *commune bourgeoise*, que se refere à *bourgeoisie*, uma coletividade local que existe ainda em alguns cantões e da qual participam os habitantes originários (*originaires*) da *commune*, os antigos burgueses (*bourgeois*), em oposição aos novos habitantes. Na Suíça, a *bourgeoisie* é um direito pessoal sobrevivente do direito medieval e é uma instituição que perdeu importância, mas ainda está presente na administração dos hospitais e, em alguns cantões, permanece sendo a autoridade que confere um “direito de burguesia”, um pré-requisito na obtenção da naturalização suíça. Existe até mesmo uma “Federação suíça de burguesias e corporações”, cujo papel é principalmente o de defender a “manutenção das instituições burguesas”. No cantão de Valais, existem ainda numerosas “burguesias” em atividade. Elas atuam junto aos cidadãos “originários” da *commune* no que se refere à lei sobre a nacionalidade, permanecendo ao lado da *commune municipale*, que cuida dos cidadãos residentes não portadores de um “direito de burguesia”. Deste modo, um cidadão pode ser suíço e residir em uma *commune*, sem ter, no entanto, o “direito de burguesia”. Já no cantão de Genebra, por exemplo, os “burgueses” não têm mais influência desde 1798 e o título de “burguês” não tem nenhum valor nem dá nenhum direito adicional desde essa data.

A seguir, apresentamos a Entrada dos termos *bourgeoisie* e *bourgeois* na BDLP, onde se pode visualizar a definição dos termos como *statalismes*.

Entrada do termo *bourgeoisie*. (Histórico resumido e traduzido).

Entrada	Definição
bourgeoisie 01. [burʒwazi(j)] (n. f.) Plus rarement avec majuscule.	Région. Droit de cité d'un bourgeois ou d'une bourgeoise dans sa commune. <i>Obtenir le bourgeoisie, être admis à la bourgeoisie, se voir accorder les droits de bourgeoisie dans une commune. L'agrégation à la bourgeoisie.</i>

Citations	Référence
Renvoi(s) onomasiologique(s)	
Renvoi(s) à d'autres langues	
Correspond à l'allemand CH <i>Gemeindbürgerrecht</i> n. n.	
Région 1	
s02 - Vaud.	
Région 2	
s03 - Valais.	
Région 3	
s05 - Fribourg.	
Région 4	
s08 - Jura.	
Observação	
Os empregos da palavra em francês de referência são também conhecidos e de uso corrente na Suíça romanda. Mas o contrário não ocorre, não havendo a acepção suíça de <i>bourgeoisie</i> na França.	
Realidade própria	
Emprego que se refere a uma realidade própria ao país ou à região da variedade do francês, ou que provém dela.	
Origem	
Conservação de um lexema, de um sintagma ou de uma expressão do francês antigo.	
Histórico	
<i>Statalisme</i> . Conservação e oficialização em francês regional suíço romando de um emprego que subsiste no francês geral apenas como termo da história.	

Entrada do termo *bourgeois*. (Histórico resumido e traduzido).

Entrada	Definição
bourgeois, oise 01. [burʒwa,ɲwaz] (n.)	Personne ayant droit de cité dans une commune, ressortissant d'une commune.

Citations	Référence
Renvoi(s) à d'autres langues	
Allemand CH: <i>Burger</i> n. m. «alteingesessener Angehöriger einer Gemeinde, Mitglied der Burgergemeinde [= commune bourgeoise]» (BE, FR, VS ; v. DudenSchweiz).	
Région 1	
s01 - Suisse romande.	
Réalité propre	
Emploi qui réfère à une réalité propre au pays ou à la région de la variété de français, ou qui en provient.	

Origem

Conservação de um lexema, de um sintagma ou de uma expressão do francês de referência.

Histórico

Statalisme. Conservação e oficialização em francês regional suíço romando de um emprego atestado durante muito tempo no francês central (muito pouco frequente na língua literária). A mais antiga atestação em francês na Suíça romanda data de 1285.

Entrada do termo *commune* (ligado ao termo *bourgeoisie*).

Entrada	Definição
bourgeoise (commune ~) 07. [kɔmynburʒwaz] (adj.)	Région. Dans JU, VS et BE , institution politique regroupant tous les bourgeois d'une commune, et chargée entre autres de l'administration des biens bourgeoisiaux .
Origem	
Inovação lexicográfica, sintagmática ou fraseológica a partir do francês da Suíça.	

Citations	Référence
La <i>commune bourgeoise</i> a tenu une assemblée à l'aula de l'école primaire [...].	1971, <i>Feuille d'Avis de Moutier</i> , 27 mai. [presse, journaux, périodiques]
Avec une belle conscience professionnelle, une expérience précieuse et utile, M. G. s'acquitte des devoirs de sa charge à l'entière satisfaction de la <i>commune bourgeoise</i> du lieu, dont les assemblées lui ont régulièrement renouvelé leur confiance.	1971, <i>Le Jura bernois</i> , 19 mai, p. 1. [presse, journaux, périodiques]
La partie administrative a été suivie par une collation et par le verre de l'amitié servi dans une sympathique ambiance et gracieusement offert par la <i>commune bourgeoise</i> et municipale de Saicourt.	1976, <i>Le Pays</i> , 28 octobre, p. 9. [presse, journaux, périodiques]
Le Conseil de ville a voté les crédits nécessaires à l'aménagement de la nouvelle bibliothèque en la maison Wicka II, propriété de la <i>commune bourgeoise</i> .	1977, <i>Le Pays</i> , 17 mars, p. 16. [presse, journaux, périodiques]
La loi jurassienne sur les communes reconnaît l'existence de <i>communes bourgeoises</i> [en italique dans le texte] (art. 101 de la loi sur les communes) qui peuvent cependant fusionner avec la commune municipale en une commune mixte (art. 107 de la loi sur les communes). [...] La <i>commune bourgeoise</i> , dans la gestion et l'utilisation de sa fortune, doit prendre en considération les besoins de la commune municipale.	1990, E. Weibel, <i>Institutions politiques romandes: les mécanismes institutionnels et politiques des cantons romands et du Jura bernois</i> , p. 133. [études scientifiques]
Dans le canton de Fribourg, les <i>communes bourgeoises</i> n'existent plus comme telles et ne sont pas reconnues collectivités de droit public.	1990, E. Weibel, <i>Institutions politiques romandes: les mécanismes institutionnels et politiques des cantons romands et du Jura bernois</i> , p. 21. [études scientifiques]

Historique

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de *statalisme* é pouquíssimo conhecida, até mesmo na França, como constatamos na apresentação deste trabalho no Colóquio em Paris (ver nota 1 deste artigo), e, portanto, julgamos se tratar de um assunto importante a ser divulgado.

A noção de *statalisme* nunca havia sido divulgada pela internet em nenhum trabalho em língua portuguesa, tendo sido citada pela primeira vez em um artigo meu publicado pela Revista Tradução & Comunicação, em setembro de 2008⁷.

No artigo citado, que trata da questão da equivalência funcional em tradução juramentada, a noção de *statalisme* foi abordada sucintamente e, em seguida, tornou-se o critério de seleção dos particularismos suíços nas buscas dos equivalentes dos termos franceses que compõem o repertório desenvolvido atualmente na elaboração de um glossário português-francês de termos do domínio escolar. Esse futuro glossário contemplará as variantes suíças quando o seu uso oficial estiver devidamente atestado em documentos nesse país, o que está sendo verificado por meio de coleta de documentos escolares originais franceses e suíços, a partir dos termos retirados de documentos escolares brasileiros.

Observou-se que muitos termos constituem falsos cognatos. Constatou-se que, se o tradutor juramentado receber um documento de um cantão da Suíça que contemple os termos apresentados acima, um cuidado maior deverá ser exigido em sua tradução, como, por exemplo, para evitar traduzir erroneamente *bourgeois/bougeoisie/origine*, sem compreensão da particularidade do uso desses termos na Suíça. O mesmo ocorre com os termos cognatos aparentemente “evidentes” para o tradutor brasileiro, como *gymnase* ou *collège*, que têm usos diferentes na França e na Suíça.

O presente artigo não propõe soluções tradutórias aos termos aqui apresentados, não expõe um repertório exaustivo dos particularismos encontrados, tampouco pretende aprofundar-se nas questões teóricas envolvidas no estabelecimento das possíveis “equivalências”. Trata-se, essencialmente, de abordar alguns dos particularismos suíços relacionados aos termos culturalmente marcados, com a finalidade de divulgar a noção de *statalisme*, ilustrando a questão com alguns exemplos importantes para o contexto da tradução de documentos juramentados.

⁷ Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/view/151/150>>.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.1. São Paulo: Cortez, 2001.
- BDLP – Base de données lexicographiques panfrancophone. Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/bdlp/transv.asp?base=bdlp_suisse>.
- CABRÉ, M.T. **La terminología: representación y comunicación**. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, 1999.
- CHANUT, Maria Emília Pereira. A questão da equivalência funcional em tradução juramentada - O caso do francês da Suíça. **Tradução & Comunicação**, n.17, 2008. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/view/151/150>>.
- CHANUT, Maria Emília Pereira. A tradução juramentada de documentos suíços: Resultados parciais em torno dos termos estudados. **TRADTERM 15** - Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, FFLCH/USP, São Paulo, p. 155-171, 2009. ISSN 0104-639X.
- DUBUC, Robert. **Manuel pratique de terminologie**. Québec: Linguatex Édition, 1985.
- FAULSTICH, E. Variação Terminológica: algumas tendências no português do Brasil. In: **Cicle de conferències 96-97: lèxic, corpus i diccionaris**. Barcelona: IULA, 1997.
- GAUDIN, François. **Socioterminologie**. Des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen, Université de Rouen, 1993.
- LE PETIT ROBERT. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Dictionnaires Le Robert, 1996-1997. CD-ROM.
- THIBAULT, André. (Red.) **Dictionnaire Suisse Romand**: Particularités lexicales du français contemporain. Genève: Éditions Zoé, 1997.
- POHL, Jacques. **Phonologie et frontière**. Observations sur quelques faits phonologiques de part et d'autre de la frontière franco-belge. *Studia Neolatina*. Aix-la-Chapelle: Mayer, p. 164-177, 1985.
- SZENDE, Thomas. Problèmes d'équivalence dans les dictionnaires bilingues. In: THOIRON, Philippe; BÉJOINT, Henri. **Les dictionnaires bilingues**. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1996, p.111-126.

Maria Emília Pereira Chanut

Professor assistente doutor, Disciplina Língua francesa, no Departamento de Letras Modernas do IBILCE - UNESP - São José do Rio Preto. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Tradução, atuando principalmente nos seguintes temas: ética na tradução, teoria da tradução literária, romantismo alemão, tradução juramentada, socioterminologia.